



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES SÃO FRANCISCO DE ASSIS-RS

REQUERIMENTO DE VIAGEM Nº 59 /2025

Vereador: Leonardo Pilar

Dia: 13 a 17 de outubro do corrente ano.

Diárias retiradas: 05 diárias com pernoite e 01 diária sem pernoite.

Cidade: Brasília/DF

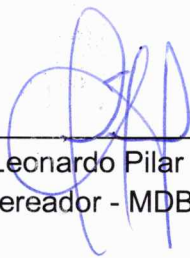
Senhor Presidente,

O vereador que abaixo subscreve, vem a presença de Vossa Excelência, requerer 05 diárias com pernoite e 01 diária sem pernoite, para a cidade de Porto Alegre/RS, entre os dias 13 a 17 de outubro do corrente ano, momento em que estarei participando do **50º ENCONTRO DE LEGISLATIVOS PARA ASSESSORES, VEREADORES E SERVIDORES**: A fiscalização do TCE/RS e atuação dos gestores municipais, processo legislativo, inteligência artificial, fiscalização de contratos (lei 14.133/2021), orçamento e LRF, comissões e audiências, ética e compliance, transparência e LAI, comunicação institucional, participação social, prevenção de apontes TCE, inovação no parlamento.

N. Termos,

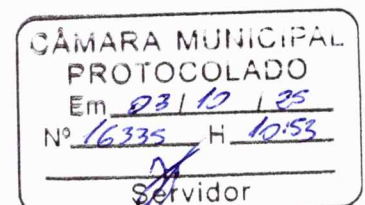
P. Deferimento

São Francisco de Assis, 03 de outubro de 2025.



Leonardo Pilar
Vereador - MDB

Exmo. Sr.
Rudinei Cortese,
Presidente da Câmara Municipal



 **INSCREVA-SE**

PRESENCIAL - PORTO ALEGRE-RS

CÓDIGO - 0025/1310

0025/1310 – 50º ENCONTRO DE LEGISLATIVOS PARA ASSESSORES, VEREADORES E SERVIDORES

A Fiscalização do TCE/RS e Atuação dos Gestores Municipais, Processo legislativo, Inteligência Artificial, fiscalização de contratos (Lei 14.133/2021), orçamento e LRF, comissões e audiências, ética e compliance, transparência e LAI, comunicação institucional, participação social, prevenção de apontes TCE, inovação no parlamento

DATA DE INÍCIO: 13/10/25

DATA DE CONCLUSÃO: 17/10/25

 Porto Alegre

Local: Local: Auditório do INLEGIS: Rua Jerônimo Coelho, 354

GERAR PDF DA PÁGINA

Caso não gerar o PDF, solicite via WhatsApp (51) 9999.15809

INSCREVA-SE 

VEJA O TEMÁRIO 

RESERVE HOTEL 

 SUGERIR O CURSO A UM COLÉGA

CURSO 50º ENCONTRO DE LEGISLATIVOS – FISCALIZAÇÃO, PROCESSO LEGISLATIVO, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E INOVAÇÃO NO PARLAMENTO

O 50º Encontro de Legislativos é um evento completo voltado para vereadores, assessores e servidores que buscam aperfeiçoar sua atuação legislativa e administrativa. Serão abordados temas fundamentais como a fiscalização do TCE/RS e o papel dos gestores municipais, o processo legislativo moderno, a aplicação da inteligência artificial no setor público, a fiscalização de contratos pela Lei 14.133/2021, bem como orçamento, LRF, funcionamento das comissões e audiências. Além disso, o encontro destaca boas práticas de ética, compliance, transparência (LAI), comunicação institucional, participação social, prevenção de apontes do TCE e inovação no parlamento, oferecendo uma visão ampla e prática para fortalecer a gestão legislativa.



METODOLOGIA

Aula expositiva e debates. Essa abordagem permite uma compreensão aprofundada dos temas.



INVESTIMENTO

R\$ 1490,00

Política de cancelamento:

Nos avise com 24h de antecedência. Não havendo cancelamento nesse prazo, poderá ser cobrada taxa.

Cursos gratuitos não têm taxa. Para cancelar: (51)

9999.15809 – Chamar no WhatsApp



CARGA HORÁRIA

Este curso tem duração de 22h aula, e será emitido certificado ao final do treinamento para quem cumprir mínimo de 75%. Os participantes do curso recebem certificado de participação. Nossos certificados podem ser usados para comprovação de horas extra curriculares em faculdades e cursos.



PROGRAMAÇÃO

Segunda-Feira:

13h – Credenciamento, Retirada de Material

14h:30min – 16h:30min: Turno de Aula

Terça-feira:

09h – 11h:50min: Turno de Aula

14h – 17h: Turno de Aula



DADOS DE EMPENHO

INLEGIS – Consultoria e Treinamento

CNPJ: 30.050.141/0001-80.

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 608.267.2.0

ENDEREÇO: Rua Jerônimo Coelho, 354, centro, Porto Alegre



PÚBLICO ALVO

Interessados no tema em geral: Prefeito, Vice-Prefeitos e interessados em geral, Presidentes de Câmara, Vereadores, Assessores, Servidores, Agente Administrativo Legislativo, Chefes de Gabinete, Contadores, Tesoureiros, Técnicos Legislativos, Diretores de Departamento, Diretores de Câmaras, Secretários Municipais, Comissão de Orçamento, Prefeituras e Câmaras, Comissão de Licitação.

INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA DATA? CADASTRE-SE

Nome

Seu melhor email

WhatsApp

QUERO ME CADASTRAR

MAIS INFORMAÇÕES**ORIENTAÇÕES TÉCNICAS SOBRE ORÇAMENTO E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF):****AULA | SEGUNDA-TARDE****ORIENTAÇÕES TÉCNICAS SOBRE ORÇAMENTO E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF):****FUNDAMENTOS DO ORÇAMENTO PÚBLICO E A LRF:****CONCEITO E FINALIDADE DO ORÇAMENTO PÚBLICO;****ESTRUTURA DO CICLO ORÇAMENTÁRIO: PLANO PLURIANUAL (PPA), LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA);****PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS CONSTITUCIONAIS;****A LRF (LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000): OBJETIVOS E FUNDAMENTOS;****REGRAS DE EQUILÍBRIO FISCAL E LIMITES DE ENDIVIDAMENTO;****DÉSPESA COM PESSOAL E LIMITES PRUDENCIAIS;****REGRAS PARA TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS E RENÚNCIAS DE RECEITA;****TRANSPARÊNCIA E INSTRUMENTOS DE FISCALIZAÇÃO PREVISTOS NA LRF;****IMPACTO DA LRF NA GESTÃO MUNICIPAL;****A FISCALIZAÇÃO DO TCE/RS E A ATUAÇÃO DOS GESTORES MUNICIPAIS.****ORIENTAÇÕES TÉCNICAS SOBRE COMISSÕES PARLAMENTARES:****O PAPEL DAS COMISSÕES PARLAMENTARES:****COMISSÕES PARLAMENTARES: CONCEITO E ESPÉCIES (PERMANENTES, TEMPORÁRIAS, ESPECIAIS, DE INQUÉRITO);****COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO E FINANÇA: ATRIBUIÇÕES TÍPICAS;****FLUXO LEGISLATIVO: ANÁLISE PRÉVIA PELAS COMISSÕES ANTES DO PLENÁRIO;****PRODUÇÃO DE PARECERES TÉCNICOS, JURÍDICOS E POLÍTICOS.****EMENDAS PARLAMENTARES –LIMITES MATERIAIS E FINANCEIROS.****ORIENTAÇÕES TÉCNICAS SOBRE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:****AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO CONTEXTO ORÇAMENTÁRIO E LEGISLATIVO:****FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO LEGISLATIVO;****AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PREVISTAS NA LRF: ELABORAÇÃO E DISCUSSÃO DO PPA, DA LDO E DA LOA; PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PODER EXECUTIVO;****REGULAMENTAÇÃO REGIMENTAL E LEIS ORGÂNICAS MUNICIPAIS SOBRE AUDIÊNCIAS;****PAPEL DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS COMO MECANISMO DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL.****INSTRUTOR****EDISON IMAR OLIVEIRA MELLO****Auditor Aposentado do TCE-RS,
Economista, Professor Universitário,
Consultor de INLEGIS****COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA E GESTÃO DE CONFLITOS NA COMUNICAÇÃO E NO ATENDIMENTO PELO PODER PÚBLICO:****INSTRUTOR**

INTRODUÇÃO À COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA:

PRINCÍPIOS BÁSICOS E OBJETIVOS DA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA;

COMUNICAÇÃO VIOLENTA X COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA – DIFERENÇAS E IMPACTOS;

BENEFÍCIOS DA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA PARA LÍDERES, EQUIPES E SERVIDORES NO TRABALHO E NO CONTATO COM A POPULAÇÃO;

RELAÇÃO ENTRE COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (IMPESSOALIDADE, MORALIDADE E EFICIÊNCIA).

COMPONENTES DA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA:

OBSERVAÇÃO SEM JULGAMENTO;

EXPRESSÃO DE SENTIMENTOS E NECESSIDADES;

FORMULAÇÃO DE PEDIDOS CLAROS E ASSERTIVOS.

COMO LIDAR COM CRÍTICAS, RECLAMAÇÕES E MANIFESTAÇÕES AGRESSIVAS DE MANEIRA CONSTRUTIVA;

A IMPORTÂNCIA DE RECONHECER ERROS E LIMITES NO ATENDIMENTO PÚBLICO.

COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA EM AMBIENTES DE TRABALHO:

ESTABELECENDO RELAÇÕES DE CONFIANÇA E RESPEITO EM AMBIENTES DE TRABALHO;

EXEMPLOS PRÁTICOS DE COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA EM SITUAÇÕES DESAFIADORAS.

ORIENTAÇÕES PRÁTICAS:

CHECKLIST DO BOM ATENDIMENTO;

COMO CRIAR UMA ROTINA DE COMUNICAÇÃO E ATENDIMENTO QUE FUNCIONE NO DIA A DIA.

SIMULAÇÃO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO VIA WHATSAPP E REDE SOCIAL.

Consultorias e Mentorias nas áreas de Marketing, Vendas, Gestão e Relacionamento com Clientes e Públicos. Experiência de mais de 15 anos em médias e grandes empresas do Brasil, como Grupo O Boticário e Grendene, com atuação nas áreas de Gestão Estratégica de Marketing, Comunicação e Vendas.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA AO PODER PÚBLICO:

AULA | TERÇA-TARDE

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA AO PODER PÚBLICO:

LIMITAÇÕES ESSENCIAIS

CONFERÊNCIA E REVISÃO DE TEXTOS

CORREÇÃO ORTOGRÁFICA E PADRONIZAÇÃO:

USO DE IA PARA APONTAR ERROS GRAMATICAIS E SUGERIR UNIFORMIZAÇÃO DE TERMOS.

DETECÇÃO DE INCONSISTÊNCIAS FORMAIS.

CLÁUSULAS CONFLITANTES, REFERÊNCIAS LEGAIS DESATUALIZADAS OU OMISSÕES.

COMPARAÇÃO DE VERSÕES:

GERAÇÃO DE RESUMO AUTOMÁTICO DAS ALTERAÇÕES ENTRE MINUTA ORIGINAL E VERSÃO COM EMENDAS.

ELABORAÇÃO DE PARECERES E RELATÓRIOS:

ESTRUTURA PADRONIZADA DE PARECER

PESQUISA NORMATIVA AUTOMATIZADA: FORMATAÇÃO DE PROMPTS PARA QUE A IA RESUMA ENTENDIMENTOS DE TCE, STF E STJ RELEVANTES À DISCUSSÃO MUNICIPAL.

APRIMORAMENTO DO TEXTO JURÍDICO

IDENTIFICAÇÃO DE FALHAS EM EDITAIS E DOCUMENTOS OFICIAIS

CHECKLIST DE ELEMENTOS OBRIGATÓRIOS:

CRIAÇÃO DE PROMPTS QUE LISTEM PONTOS ESSENCIAIS (OBJETO, CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO, PRAZOS).

DETECÇÃO DE VÍCIOS E LACUNAS

RELATÓRIO SINTÉTICO DE INCONSISTÊNCIAS

ANÁLISE DE PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E DADOS FINANCEIROS

VERIFICAÇÃO DE DESVIOS E ERROS DE CÁLCULO

EXTRAÇÃO DE INSIGHTS RÁPIDOS

INTEGRAÇÃO COM FERRAMENTAS DE ESCRITÓRIO:

BREVE MENÇÃO AO USO DE COMPLEMENTOS (ADD-INS) QUE CONECTAM CHATGPT AO EXCEL/GOOGLE SHEETS PARA AUTOMAÇÃO DE TAREFAS ROTINEIRAS.

OFICINA DE "PROMPT ENGINEERING" PARA APLICAÇÕES LEGISLATIVAS

ELEMENTOS DE UM BOM PROMPT

DESTAQUE!

ÉTICA E COMPLIANCE

INSTRUTOR



CAROLINE TURRI

Caroline Turri é advogada com ampla experiência em Direito Público, Direito Eleitoral, Direito Digital, Contratos Administrativos e Compliance. Atuou como Coordenadora Jurídica na Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre (PGM), além de ter exercido funções estratégicas na METROPOLAN, com foco em convênios, licitações, pareceres jurídicos e controle de legalidade perante órgãos de controle como a CAGE e o TCE. Possui pós-graduação em Direito Público com ênfase em Direito Constitucional. Com trajetória consolidada na gestão jurídica e institucional, Caroline também se destaca como palestrante nas áreas de Direito Administrativo, Empoderamento Feminino e Direito Eleitoral.

PALESTRA ESPECIAL DESTAQUE! AFASTAMENTOS/LICENÇAS DE VEREADORES E CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE

INSTRUTOR



DA MESA DIRETORA:

PRINCÍPIO DA ROTATIVIDADE:

CONCEITO;

IMPORTÂNCIA DO PRINCÍPIO DA ROTATIVIDADES PARA A GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA DO PODER LEGISLATIVO;

NÃO APLICABILIDADE EM RELAÇÃO À

LEGISLATURA ANTERIOR;

APLICABILIDADE EM RELAÇÃO ÀS FUTURAS

COMPOSIÇÕES, DENTRO DA MESMA LEGISLATURA.

RENÚNCIA E ELEIÇÃO SUPLEMENTAR:

PROCEDIMENTOS EM CASOS DE RENÚNCIA DE

MEMBROS DA MESA DIRETORA;

REGRAS PARA CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÃO

SUPLEMENTAR E PREENCHIMENTO DE VAGAS.

ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO E DE CADA UM DOS

CARGOS QUE COMPÕEM A MESA DIRETORA:

FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES DA MESA

DIRETORA COMO ÓRGÃO DO PODER LEGISLATIVO;

ESPECIFICAÇÕES DAS ATRIBUIÇÕES DE CADA

CARGO (PRESIDENTE, VICE-PRESIDENTE,

SECRETÁRIOS).

ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DE LEIS MUNICIPAIS,

INCLUINDO A LEI ORGÂNICA;

FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DAS AÇÕES DO PODER EXECUTIVO;

JULGAMENTO DAS CONTAS ANUAIS DO PREFEITO;

CRIAÇÃO DE COMISSÕES PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO (CPI) E DE FISCALIZAÇÃO.

INTERAÇÃO ENTRE OS PODERES EXECUTIVO E

LEGISLATIVO MUNICIPAIS;

PROCESSOS DE VETO E SANÇÃO DE LEIS;

COLABORAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E

APLICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS;

A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO

INTERINSTITUCIONAL PARA A GOVERNANÇA

LOCAL.

ATRIBUIÇÕES, DIREITOS E DEVERES DOS

VEREADORES

DESTAQUE!

AFASTAMENTOS/LICENÇAS DE VEREADORES E

CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE

Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul (UFRGS -RS). Experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo, Constitucional e Tributário

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA O ADEQUADO EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES FISCALIZATÓRIAS PELOS VEREADORES E DAS FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS PELOS GESTORES - CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, DE ACORDO COM A LEI Nº 14.133/2021 -NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS:

AULA | QUARTA-TARDE

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA O ADEQUADO

EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES FISCALIZATÓRIAS

PELOS VEREADORES E DAS FUNÇÕES

ADMINISTRATIVAS PELOS GESTORES

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, DE ACORDO COM

A LEI Nº 14.133/2021 -NOVA LEI DE LICITAÇÕES E

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS:

DURAÇÃO E PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS

ADMINISTRATIVOS

PRINCIPAIS DESTAQUES ACERCA DE ALTERAÇÕES / ADITIVOS CONTRATUAIS

AGENTES PÚBLICOS E SUAS FUNÇÕES DE

CONTRATAÇÃO: GESTOR X FISCAL DO CONTRATO

EXTINÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

ADMINISTRATIVOS

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

DESTAQUES DE CLÁUSULAS NECESSÁRIAS AOS

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR ENCARGOS INADIMPLIDOS PELO CONTRATADO

PUBLICAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

E O PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES

PÚBLICAS (PNCP)

A FISCALIZAÇÃO DO TCE/RS E A ATUAÇÃO DOS GESTORES MUNICIPAIS: PREVENÇÃO DE APONTES E RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E DE CONTRATADOS PERANTE O TRIBUNAL DE CONTAS EM RELAÇÃO A LICITAÇÕES PÚBLICAS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

PRINCIPAIS DESTAQUES DO PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL:

AULA | QUINTA-MANHÃ

PRINCIPAIS DESTAQUES DO PROCESSO

APRECIÇÃO PELO PODER EXECUTIVO

INSTRUTOR



BRUNA SCHIFINO

Advogada, mentora e consultora na área de Licitações, Especialista em Licitações e Contratos Públicos. Experiência de 5 anos como pregoeira na EPTC. Foi Coord. de Setor de Licitações e Procuradora de Municípios.

INSTRUTOR



GUILHERME STUMPE

INICIATIVA:

QUEM PODE PROPOR LEIS;

TIPOS DE INICIATIVA;

MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR.

FASE DE TRAMITAÇÃO E DELIBERAÇÃO:

COMISSÕES E PARECERES:

FUNÇÃO DAS COMISSÕES LEGISLATIVAS;

ELABORAÇÃO DE PARECERES.

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM PLENÁRIO:

DINÂMICA DAS SESSÕES LEGISLATIVAS;

TÉCNICAS DE ARGUMENTAÇÃO E CONVENCIMENTO.

SANÇÃO, VETO, PROMULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO:

PROMULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO:

FORMALIDADES APÓS A APROVAÇÃO;

PRAZOS E VEÍCULOS DE PUBLICAÇÃO.

REVISÃO DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL:

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL:

NATUREZA DAS LEIS ORGÂNICAS MUNICIPAIS;

SIMETRIA COM CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988 E COM A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL DE 1989;

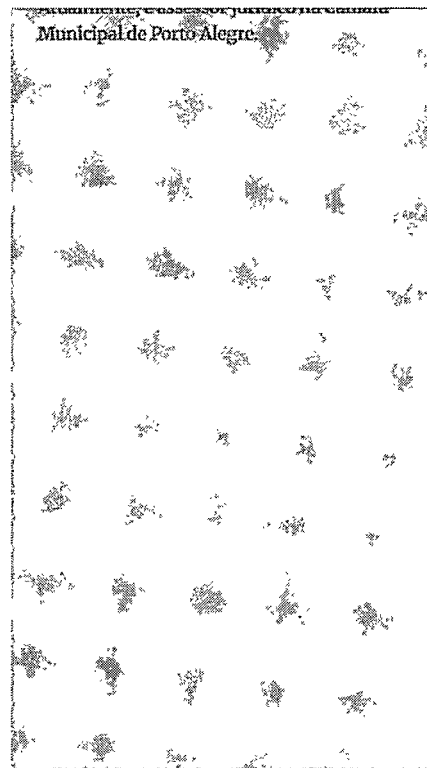
PRINCIPAIS DISPOSIÇÕES.

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL:

ESTRUTURA;

NORMAS DE FUNCIONAMENTO;

RELAÇÃO COM O PROCESSO LEGISLATIVO.



ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA A GESTÃO E A FISCALIZAÇÃO DAS PARCERIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COM AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, DE ACORDO COM O MARCO REGULATÓRIO ESTABELECIDO PELA LEI Nº 13.019/2014:

AULA | QUINTA-TARDE

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA A GESTÃO E A FISCALIZAÇÃO DAS PARCERIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COM AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, DE ACORDO COM O MARCO REGULATÓRIO ESTABELECIDO PELA LEI Nº 13.019/2014;

INTRODUÇÃO AO MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL:

CONTEXTO E OBJETIVOS DA LEI Nº 13.019/2014;

PRINCIPAIS CONCEITOS ESTABELECIDOS PELA LEI Nº 13.019/2014;

SITUAÇÕES EXPRESSAMENTE EXCLUÍDAS DAS EXIGÊNCIAS DA LEI Nº 13.019/2014;

FUNDAMENTOS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES ESTABELECIDAS PELA LEI Nº 13.019/2014.

TIPOS DE INSTRUMENTOS JURÍDICOS DE PARCERIA:

TERMO DE COLABORAÇÃO;

TERMO DE FOMENTO;

ACORDO DE COOPERAÇÃO;

CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DO INSTRUMENTO ADEQUADO;

EXEMPLOS PRÁTICOS DE APLICAÇÃO.

PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

CHAMAMENTO PÚBLICO:

ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS QUE DEVEM CONSTAR NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO;

EXIGÊNCIAS VEDADAS E EXIGÊNCIAS ADMITIDAS;

REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DO CHAMAMENTO PÚBLICO;

PROCEDIMENTOS;

CHAMAMENTO PÚBLICO DISPENSADO, DISPENSÁVEL OU INEXIGÍVEL – HIPÓTESES.

REQUISITOS PARA A CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO E DE TERMO DE FOMENTO COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

PROCEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO E A FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO E DE TERMO DE FOMENTO COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

IMPEDIMENTOS E VEDAÇÕES À CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

TRANSPARÊNCIA E CONTROLE NAS PARCERIAS

A FISCALIZAÇÃO DO TCE/RS E A ATUAÇÃO DOS

INSTRUTOR



MATEUS KLEIN

MBA em Concessões e Parcerias Público Privadas pela FESPSP e LSE (London School of Economics), é Mestrando em Direito pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV – LAW SP); é Especialista em Direito do Estado (Administrativo, Constitucional e Tributário) pela UERGS, e Especializado em Direito Regulatório e Relações Governamentais, Coordenador, Titular da Comissão Permanente de Infraestrutura da FEDERASUL e integra a Divisão Jurídica da entidade. É membro da Comissão Especial de Concessões, Parcerias Público Privadas, Licitações e Desestatização da OAB/RS.

TRANSPARÊNCIA DE INFORMAÇÕES PÚBLICAS E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO PODER PÚBLICO:

AULA | SEXTA-MANHÃ

TRANSPARÊNCIA DE INFORMAÇÕES PÚBLICAS E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO PODER PÚBLICO:

O QUE É TRANSPARÊNCIA?

PUBLICIDADE É O MESMO QUE TRANSPARÊNCIA?

COMO SE DÁ O EQUILÍBRIO ENTRE TRANSPARÊNCIA E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO PODER PÚBLICO?

DESTAQUES DA LEI Nº 12.527/2011 – LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LAI):

DEVERES DO ESTADO, DE ACORDO COM A LAI

PRINCIPAIS CONCEITOS ESTABELECIDOS PELA LAI

DIREITOS DE QUAISQUER INTERESSADOS ESTABELECIDOS PELA LAI

INFORMAÇÕES MÍNIMAS A SEREM DIVULGADAS, DE ACORDO COM A LAI – TRANSPARÊNCIA ATIVA

LOCAL DE FÁCIL ACESSO E SITE / PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO – TRANSPARÊNCIA PASSIVA

PREVENÇÃO DE APONTAMENTOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS

DESTAQUES DA LEI Nº 13.709/2018 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD):

IMPORTÂNCIA DA EFETIVA IMPLANTAÇÃO DA LGPD NOS MUNICÍPIOS

PRINCIPAIS CONCEITOS ESTABELECIDOS PELA LGPD

EM QUE SITUAÇÕES É POSSÍVEL O TRATAMENTO E O COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS POR PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO?

INSTRUTOR



THAIS KRAHN

Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), onde também exerce a função de Coordenadora da Assessoria da Ouvidoria. Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e especialista em Direito Tributário pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atuou como Chefe da Consultoria Jurídica da METROPLAN – Com mais de uma década de experiência na docência e em eventos de capacitação, atua como professora e palestrante nas áreas de Direito Constitucional e Direito Administrativo.



Outras opções de cursos:

